

# VIOLÊNCIA, MILITÂNCIA E PROTAGONISMO: A TRAJETÓRIA DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA NA PRODUÇÃO DE TEXTOS TRANS

Violence, militance and protagonism: A trajectory of brazilian historiography in the production of trans

Júlio Ferro Silva da Cunha Nascimento\*

**Resumo:** No século XXI, é notável o número de trabalhos sobre as comunidades transexual, transgênero e travesti em comparação com o século anterior, porém, concentrados na antropologia e na saúde. A historiografia ainda possui um pequeno terreno teórico sobre temas envolvendo a letra T, possuindo tímida produção a respeito, com análises em maioria voltada para questões de violência e marginalidade, sem analisar a militância, a participação social e a contribuição intelectual de pessoas que são transexuais, transgênero ou travesti. O presente artigo propõe apresentar possíveis caminhos para colegas historiadores, problematizações sobre a produção atual dos chamados “textos trans” e a importância de a historiografia participar da pesquisa destas comunidades.

**Palavras-chave:** Transexualidade. Militância. Historiografia.

**Abstract:** In the twenty-first century, the number of academic papers about the transsexual, transgender and transvestite communities is remarkable compared to the previous century but is concentrated on anthropology and health studies. Historiography still has a small theoretical domain on themes involving the letter T, with timid production in this area, with analysis mostly focused on the violence and marginality, without analyzing the activism, social participation and intellectual contribution of people who are transsexual, transgender or travesti. The purpose of this article is to show possible ways for fellow historians to identify problematizations about the current production of so - called "trans papers" and the importance of historiography to participate in the research of these communities.

**Keywords:** Transsexuality. Activism. Historiography.

## O INÍCIO DE UM QUESTIONAMENTO

Os pesquisadores filhos de Clio aprenderam ao longo dos séculos a escrever sobre o mundo indo além dos braços de sua “mãe”, isto é, os historiadores começaram a escrever história com influência de outras ciências humanas para executar o ofício histórico com novos olhares, criando novas problematizações que analisam a sociedade em sua pluralidade de facetas.

É rompido o chamado “silêncio de Clio” que remete a ausência de historiadores “falando” sobre temas tradicionalmente não pesquisados, ausência que pode ser justificada devido aos preconceitos das épocas sobre tal comunidade, ou por falta de relevância social, ou

---

\* Graduado pela Universidade Federal do Pará (UFPA) no curso de Bacharelado em História.

tendência acadêmica, ou todos estes fatores juntos. O atual artigo procura abordar um tema que representa bem a quebra do silêncio mencionado.

Um tema que representa as discussões atuais da historiografia neste mar de possibilidades é o estudo das comunidades transexual, transgênero e travesti. Historicamente invisibilizadas, estas comunidades ganharam mais presença desde o “fenômeno Roberta Close” nos anos 1980 e agora possuem representatividade na mídia, em projetos de lei e em textos acadêmicos, embora ainda seja notável que há muito a percorrer para alcançar uma equidade social.

Aproximadamente em 1950<sup>1</sup>, a transexualidade tornou-se objeto de pesquisa nos Estados Unidos, tendo como autores principais Robert Stoller, Harry Benjamin e John Money. Nos anos 80, impacto de Roberta Close, ou *La Close*, começou nas festas do carnaval carioca devido a sua beleza, beleza esta que conquistou o interesse da Revista Playboy e em maio de 1984 a revista teve a sua primeira edição com uma modelo transexual. Esgotada em três dias, a edição suscitou grande repercussão em jornais e em conversas do dia a dia em pessoas curiosas e fascinadas com uma pessoa, uma atração, uma identidade que batia de frente com suas concepções a respeito de gênero e sexualidade, chegando a ser chamada de “maior enigma sexual do Brasil”.<sup>2</sup>

Iniciado como uma questão social<sup>3</sup>, o denominado “fenômeno Roberta Close” ganhou peso político ao trazer questionamentos sobre o que seria ser mulher, sobre orientação sexual, as diferenças entre travestis e gays, etc. Roberta Close se afirma como mulher transexual, o que difere da então noção de gay afeminado ou travesti, e por ela não vir de uma origem violenta e de prostituição, começa uma quebra da visão de perigo atribuída as mulheres transexuais e travestis. Consequentemente, os debates foram da mídia para o meio acadêmico, onde pesquisadores procuraram representar identidades travestis e transexuais semelhantes a de Roberta Close, que fogem de concepções transfóbicas:

Como evento singular e imprevisível, a repercussão midiática em torno de Roberta Close contribuiu para o desnudamento das tecnologias do sexo, gênero e corpo, permitindo, ainda, que as experiências trans extrapolassem os espaços temporários do carnaval e/ou fechados dos teatros e boates.

---

<sup>1</sup> LEITE JR, Jorge. Nossos corpos também mudam: a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico. São Paulo: Annablume, 2011.

<sup>2</sup> VERAS, Elias Ferreira. “O fenômeno Roberta Close” e as “sexualidades periféricas”. *Esboços - Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC*, Florianópolis, v. 23, n. 35, p. 168-181, set. 2016. ISSN 2175-7976.

<sup>3</sup> VERAS, Elias Ferreira, 2016.



Jaqueline Gomes de Jesus<sup>4</sup> e Judith Butler<sup>5</sup> são as peças principais na construção de uma discussão sobre gênero e sexualidade neste artigo, as autoras que não pertencem a historiografia, mas que possuem grande valor por acrescentar problemáticas e filosofias fundamentais para entender o processo de identidade como construção social e subjetiva, desconstruindo constructos tidos como naturais como o sexo e os papéis de gênero ligados a determinado sexo.

Gênero é ligado aos papéis sociais diferenciados de acordo com uma construção social coletiva da ideia de feminilidade e masculinidade. O sexo é a classificação de caráter biológico com base em elementos orgânicos como cromossomos, níveis hormonais, órgãos produtivos e genitais. A identidade de gênero relaciona-se a capacidade pessoal do indivíduo, como ele se sente, se identifica e se situa, em relação às questões sociais que se enquadra masculino e feminino. A sexualidade se enquadra nas dimensões individuais do indivíduo e como o mesmo lida com seus desejos para com outrem<sup>6</sup>.

Segundo Nascimento<sup>7</sup>, Pessoas trans são vistas negativamente por grande parcela da sociedade por não se encaixarem numa estrutura sócio biológica construída há séculos: homem de pênis, mulher de vagina. Por exemplo, homem trans é a categoria de gênero onde uma pessoa se identifica como homem, contrapondo a designação feminina que recebeu ao nascer baseada no genital, a vagina. Em contrapartida, “cisgênero”<sup>8</sup> é o termo “guarda-chuva” que abrange as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento.

Os papéis de gênero são inseridos na vida da população desde a hora do nascimento, por consequência, segui-los tem sua importância, seja pessoal ou socialmente. Estes papéis fazem parte da identidade do sujeito, portanto, questionar um indivíduo sobre o seu gênero é uma maneira de desqualificar o sujeito enquanto pessoa. Importante ressaltar que todas as pessoas têm seus conflitos pessoais com os papéis de gênero, não apenas as pessoas T, como pesquisadores e a mídia costumam representar.

Para provocar a ira de um homem cisgênero heterossexual, é comum desqualificar a sua masculinidade, conseqüentemente, a sua identidade como homem, através de piadas

---

<sup>4</sup> JESUS (2012a, 2012b, 2013, 2014).

<sup>5</sup> BUTLER, Judith. *Gender trouble: Feminism and the subversion of identity*. Routledge, 2011.

<sup>6</sup> JESUS, Jaqueline Gomes de. *Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos* [Online]. Goiânia: Ser-Tão/UFG, 2012a.

<sup>7</sup> NASCIMENTO, Júlio Ferro Silva da Cunha. O homem trans como sujeito historiográfico: Vivência, trajetória e luta. In: *As crises da república e o ensino da história: a democracia brasileira em questão*. ANPUH-PA – 1. Ed. Belém (PA). Paka-Tatu, 2017.

<sup>8</sup> JESUS, Jaqueline Gomes de. *Transfeminismo: teoria e práticas*. Interloquções Teóricas do Pensamento Transfeminista. In: JESUS, Jaqueline Gomes de (et al). 1 ed. Rio de Janeiro, Metanoia, 2014 p. 3-19.



relacionando a masculinidade com homossexualidade ou feminilidade, no qual, o homem em questão se ofenderá apenas se encarar tais elementos como inferiores, devido a homofobia, transfobia, misoginia, etc.

A desqualificação da masculinidade como ataque a identidade de um sujeito homem, para além de brigas de egos masculinos, pode apresentar maneiras de notar como a validação do gênero homem da pessoa é importante, não apenas para o homem transexual, podendo atingir questões raciais.

Usado como insulto por pessoas brancas do Estados Unidos, o termo “boy” que na tradução literal significa “garoto” possui um significado oculto e produz um impacto sentido apenas por quem está abaixo de uma estrutura racista, os homens negros. Ao chamar um homem crescido por esse termo, o homem é diminuído enquanto pessoa, posto num nível inferior ao homem branco, esse o único não questionado enquanto homem.

Houveram no século XX movimentos estadunidenses como o “I am A man” (“Eu sou um homem”), organizados por homens negros que repudiavam serem diminuídos como homem<sup>9</sup>. No século XXI, ainda podemos ver o impacto desse termo, como foi o caso do republicano de Kentucky Geoff Davis em 2008 que utilizou o termo em questão ao se referir ao ex-presidente estadunidense Barack Obama, o que gerou tensões com eleitores e a mídia, fazendo com que republicano escrevesse uma carta de desculpas para o ex presidente<sup>10</sup>. A importância de respeitar a identidade de gênero de pessoas que se enquadram na maioria cisgênero serve como demonstração de como o respeito às identidades é uma questão não só de interesse das comunidades trans, mas da sociedade em geral.

A criação de coletivos e organizações pró LGBTI+ é um trabalho geralmente voluntário onde pessoas que sofrem LGBTIfobia dedicam parte do seu tempo, esforço físico e psicológico para ajudar outras pessoas que passam ou passaram por situações discriminatórias semelhantes. Tal trabalho pode ser encarado como benéfico para a sociedade por realizar um trabalho de ajuda que o Estado falha em promover, conseqüentemente, pode ter a capacidade de retirar pessoas de situações de risco, diminuem casos de violência contra as mesmas.

O estudo das comunidades transexual, transgênero e travesti, como aconteceu com outras comunidades marginalizadas, pode utilizar a influência do meio acadêmico para conscientizar o resto da população sobre quem estão marginalizando e pressionar o Estado a

---

<sup>9</sup> <http://ac360.blogs.cnn.com/2008/04/15/understanding-why-you-dont-call-a-black-man-a-boy/> acesso em 24/03/18.

<sup>10</sup> <https://thecaucus.blogs.nytimes.com/2008/04/14/gop-rep-refers-to-obama-as-that-boy/> acesso em: 24/03/2018.



tomar medidas socioeconômicas e didáticas no intuito de lutar contra determinada discriminação.

Os denominados “temas trans”, que são temas dedicados a variados setores das comunidades T, tornaram-se temas de pesquisa, primeiramente, em sua maioria, nos Estados Unidos por estudiosos da Antropologia e Psicologia na primeira metade do século XX, com discursos que tendiam procurar causas e/ou maneiras de conter tal comportamento.

## VERMELHO NÃO É A ÚNICA COR DO ARCO ÍRIS

Cresce o número de artigos acadêmicos produzidos a partir apenas da leitura de textos acadêmicos anteriormente produzidos, prática comum devido à grande variedade de artigos e livros online. Como toda tática de pesquisa foge da perfeição, tal prática pode diminuir o nível da pesquisa devido a fatores como usar apenas um tipo de fonte, reduzir a visão do pesquisador ou pesquisadora, repetir as problemáticas dos autores utilizados, etc.

O silêncio da grande mídia a respeito de pessoas não-cis, principalmente as mais pobres, pode ser encarado como contribuinte para a transfobia uma vez ao não encarar pessoas trans como pessoas elas perdem o direito de possuírem uma biografia na imprensa<sup>11</sup>. Encontrar fontes a respeito de pessoas trans, travestis e transgêneros possui sua dificuldade devido ao apagamento histórico que minorias vivem, porém não impossível. Existem manchetes de jornais menores sobre concursos de beleza travesti, registros policiais de crimes envolvendo transexuais, livros escritos por pessoas transgêneros, etc. Cabe a quem pesquisa, dedicar-se à procura de tais escritos.

Uma questão comum entre a análise das pessoas T é o quão frequente são a violência, agressão física e psicológica, abuso policial, expulsão familiar, prostituição. Questões importantes para conscientizar o Estado e a sociedade sobre a realidade transfóbica brasileira. Igor Queiroz<sup>12</sup>, ao pesquisar as notícias envolvendo travestis no jornal Diário Catarinense entre 1980 e 1990, afirma que a comunidade travesti tem representação ligada diretamente com o crime, seja como vítima ou criminosa, onde os jornalistas utilizam discursos sensacionalistas que contribuem para a marginalização das travestis ao ligar a comunidade travesti ao perigo, à doenças e imoralidade.

<sup>11</sup> GUASCH, Oscar. *A invenção do estigma travesti no Brasil (1970-1980)*. História, Histórias. Brasília: Unb, 2015.

<sup>12</sup> QUEIROZ, Igor Henrique Lopes de. *As sexualidades desviantes nas páginas do jornal Diário Catarinense (1986-2006)*. 2014. Diss. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em História) -Universidade Federal de Santa Catarina, 2014.



Todo discurso está sujeito ao levantamento de problematizações, onde podem ser apresentadas contradições e elementos negativos, inclusive em discursos que visam desmarginalizar populações, como é o caso da academia abordar temas trans, que não é um problema necessariamente, mas o frequente foco da academia apenas na violência transfóbica acaba por indiretamente reduzir o tema a sua faceta negativa, e por consequência, reduzir pessoas trans, transexuais e transgênero às suas dores e obstáculos.

Aumentar o protagonismo de minoria pode ser um dos objetivos para autores optarem por escrever temas trans, porém, devido a todos nós estarmos numa sociedade transfóbica, essa escolha pode, sem intenção, reforçar ideias transfóbicas ao criar uma bibliografia trans, mas que não estuda, por exemplo, a arte criada por pessoas transgêneros, livros de escritores trans, a contribuição social de homens transgênero para a sociedade, que possui apenas textos sobre as violências e limitações causadas pela transfobia.

Não só como vítimas ou deturpadores da moralidade as pessoas trans já foram negativamente retratadas, vale ressaltar o caso de pesquisadores e pesquisadoras que estudam a transexualidade como um reforço das normas sociais, como é o caso de Janice Raymond, em uma obra controversa, *The Transsexual Empire*, onde a autora acusa mulheres trans de incentivarem a opressão machista devido a autora defender que estas deturpam o movimento feminista e ajudam da manutenção do patriarcado.

O arco íris é o símbolo da bandeira LGBTI+<sup>13</sup> um fenômeno que ao olho nu aparenta ter sete cores, que vão do vermelho ao roxo. Os pesquisadores e jornalistas tendem a enxergar apenas a primeira cor, o vermelho cor de sangue, representando apenas o lado da violência. As travestis, os transexuais e transgêneros são além que o senso comum (olho nu) pode enxergar e é necessário que os especialistas demonstrem a outras pessoas com “visão limitada” a infinidade de cores que podem existir num arco íris.

Fábio Henrique Lopes, a respeito do estudo das comunidades trans, defende uma metodologia de maior abrangência. Além de abordar opressão transfóbica em si, o historiador propõe a inclusão da participação social e intelectual dos sujeitos estudados a fim de positivar a denominada escrita trans.

Não apenas os temas, mas a maneira com que são trabalhados: Lopes disserta sobre a importância de abordar temas trans cientes que os sujeitos estudados possuem singularidades

---

<sup>13</sup> LGBT é a sigla escolhida pela 1ª Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais de 2008 e que é de maior conhecimento público até a realização deste artigo. Há a interpretação de ativistas britânicos de 2018 que defendem a utilização da sigla LGBTQQICAPF2K+. Na produção deste artigo, optou-se por utilizar a sigla LGBT, mas com o acréscimo do “+”, no intuito de deixar livre a leitora ou leitor sobre qual seria a sigla que melhor a (o) contempla.



além de marcadores sociais, como o debate de identidades está imerso na pluralidade e dela devemos estar cientes, evitando estipular regras sobre modos de ser trans ou ser travesti. Lopes resume:

“Não se trata de comprovar qual seria a verdadeira experiência travesti, muito menos provar se tais experiências verdadeiramente abalam *ou* reforçam as fronteiras entre os gêneros, como se só existissem essas duas possibilidades de performance. A proposta é de outra natureza. O desafio é positivar e explorar a tensão, as ambiguidades, as instabilidades da chamada cultura trans, criando fluxo para deixar fluir experiências, lutas, resistências, outros e novos modos de vida e de escrita, afinal, parafraseando Butler (2003, p. 20), se alguém “é” uma travesti, isso certamente não é tudo o que esse alguém é!”.

Reduzir a transexualidade a fatores como criminalidade e prostituição é problemática e não era o único obstáculo para o entendimento da pluralidade de vivência trans: a patologização da transexualidade e o discurso de essencialismo biológico são frequentes e foram reforçados pela obra do médico endocrinologista Harry Benjamin, com o termo “transexual de verdade” em sua obra *O fenômeno transexual* em 1966, que influenciou a área da saúde e as ciências humanas.

A transexualidade e a travestindade são vividas no plural, o que torna-se um desafio para historiadores por procurarem criar padrões sociais na temporalidade, o que pode resultar em trabalhos onde o autor ou autora padroniza as experiências trans e travestis. Para estudiosos como Bento (2008), Pelúcio (2005), Arán, Murta e Lionço (2009), Leite Jr.(2011), entre outros, as múltiplas maneiras de vivenciar a travestilidade e a transexualidade colocam em questão, mesmo que sem intenção, as normas de gênero que regem nossos conceitos de sexo, gênero e, no limite, de humano, explicitando a sua fluidez e a sua transitoriedade<sup>14</sup>.

Os estudos trans passam por um processo semelhante aos estudos da população negra, pois cada período teve à sua maneira de trabalhar as comunidades negras, a partir de diferentes olhares e objetivos. Há uma notável diferença dos estudos sobre negros antes do século XX, na primeira metade do século XX, na segunda e no século XXI.

Há o possível paralelo entre as concepções científicas da população negra com a população trans, pois partiram de concepções anteriores ao estudo onde a questão maior era apagar a diferença, legitimar uma opressão através de um discurso médico, utilizar a pesquisa para fins políticos que excluem mais ainda as comunidades abordadas.

A ebulição de características negativas atribuídas a negritude marcou as ciências humanas no início do século XIX e foi combatida intelectualmente no século seguinte, quando

---

<sup>14</sup> LEITE JR, Jorge. *Nossos corpos também mudam: a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico*. São Paulo: Annablume, 2011.



a historiografia brasileira procurou demonstrar o peso das discriminações raciais historicamente praticadas por brancos contra populações negras, indígenas e mestiças como também a participação benéfica da miscigenação e do sincretismo religioso. Era retirada o discurso que culpava a negritude por um suposto atraso da mesma e se atribuía a escravidão como fator degradante da moral do homem, tal proposta iniciada por Gilberto Freyre.

Posteriormente, cientistas sociais procuraram cada vez mais desvincular qualquer discurso das teorias raciais a respeito da população afrodescendente e criam uma discussão sobre os horrores praticados contra essa população, no intuito de fomentar uma empatia da população branca pelos obstáculos raciais até hoje enfrentados pela população não-branca no Brasil.

Autores como Jaime Rodrigues, Martha Abreu, Eduardo Silva e João José Reis são exemplos da historiografia brasileira mais atual tem seu interesse ligado fortemente às questões sociais, tendo minorias há séculos estudadas, mas postas como sujeitos passivos da história, agora como sujeitas de suas próprias histórias, o que ajuda na quebra de concepções preconceituosas presentes até hoje na academia e do cotidiano das pessoas.

Qual seria a relação entre a historiografia sobre pessoas negras e as pessoas trans? A resposta são as similaridades dos discursos nos estudos sobre as duas comunidades: marcadas pelo discurso médico que procura justificar a própria situação negativa que a pessoa se encontra, pelos pesquisadores interessarem em abordar positivamente o objeto de pesquisa apenas após a militância ganhar força, textos por décadas escritos por quem não faz parte da minoria, nas últimas décadas houve a procura de inserir um protagonismo histórico das comunidades estudadas etc.

Assim como a população negra passou por diferentes processos na historiografia, de personagem passiva para ativa, de vítima para protagonista, de discurso médico para marcadores sociais, de conscientização para contribuição social e histórica, as populações trans tendem a passar por processos semelhantes afim de acrescentar os debates, diminuir as discriminações e positivar suas experiências.

## **VOZES QUE QUEBRAM O SILÊNCIO DE CLIO**

Em termos de temas trans<sup>15</sup>, a internet tem sua importância por criar um espaço onde pessoas com pouca visibilidade podem escrever suas reflexões de vida, publicar vídeos,

---

15 NERY, João W. ; MARANHÃO F., Eduardo Meinberg de Albuquerque. Transhomens no ciberespaço: micropolíticas das resistências. História Agora. v. 2, p. 60-80, 2013.





questionar normas e opiniões, procurar informação de pouca presença em meios como a televisão e livros, organizar coletivos, programar passeatas, etc.

O uso da internet como espaço político e de construção de identidades é citado com frequência nas entrevistas concedidas para a realização do presente artigo, assim como em textos acadêmicos. Os entrevistados, todos pertencentes às comunidades trans, transgênero ou travesti afirmam que devido à sua identidade de gênero ser um tabu, dificilmente conseguiam informação sobre o assunto, seja em grupos de amigos, na televisão ou jornais.

Como conseguir hormônios para transição hormonal? O que é transfobia? Como me assumir para a minha família? Alguém passando pelas minhas mesmas ansiedades? Perguntas frequentes que os entrevistados conseguiram respostas através do uso da internet, além do mais, trocar experiências com outras pessoas que vivem a sua identidade de gênero assumidamente ou não, criam redes de apoio, procuram coletivos para lutarem contra discriminações de caráter transfóbico.

Para além das informações escritas, a utilização do *site* americano de compartilhamento de vídeos chamado *Youtube* marca presença na fala dos entrevistados por utilizarem o *site*, não só como entretenimento, mas para crescimento próprio, pois no *Youtube* estão disponíveis variados vídeos com temas como militância anti transfobia, reafirmação da identidade de gênero, conselhos para quem está passando ou deseja passar pela hormonização, palestras em torno de gênero e sexualidade, etc. Fernando<sup>16</sup>, criador do primeiro coletivo de homens trans do Pará, a respeito do *Youtube*, afirma que, primeiramente, para entender a sua própria vivência, o *site* foi de grande ajuda:

Teve um homem trans que eu assistia muito o canal dele no Youtube, hoje em dia ele não tem mais, é o Jacson Tyler. Ele postava desde a primeira aplicação dele e até antes da aplicação do hormônio e tal, aí ele falava sobre a questão do nome social no SUS, então foram as primeiras informações que eu tive pra trazer pra cá pro Pará, entendeu? Pra minha realidade e foi a partir dele que eu soube da questão do nome social, dos hormônios e tudo.

Existe a realização de documentários a respeito das vivências de pessoas trans, ou seja, a filmagem de como certas pessoas trans encaram e são encaradas pela sociedade ao redor, como é o mercado de trabalho, quais são as suas formas de resistência social, o que elas amam sobre ser trans, o seu lugar na história, o que produzem os profissionais e artistas pertencentes às comunidades T, diferentes facetas para informar, num curto período de tempo, a existência e importância das comunidades apresentadas.

---

<sup>16</sup> Nome fictício inventado para preservar o anonimato do entrevistado.



Os documentários presentes no *Youtube* mostraram-se de impacto benéfico para a construção de identidade de pessoas trans, transgênero e travestis por aproximar o tema a realidade de quem assiste, geralmente, um público jovem. A respeito dos entrevistados, com idades entre 19 e 28, comentam sobre como a utilização do *site* os aproximou da militância, de entender melhor a sua identidade de gênero, de procurar ajuda médica, entre outros fatores.

Como falado anteriormente no presente artigo, a organização de coletivos anti transfobia pode ser encarado como utilidade pública. O historiador não deve cometer o erro de negar a importância da internet na construção do interesse político no sujeito estudado, pois é através da internet, em específico as redes sociais como *Facebook* e *Twitter*, que se nota o despertar do interesse político nos dias atuais. Questionado sobre como conseguiu montar o coletivo, Fernando nos conta:

Conseguí perguntando no *Face*, aí fui montando o grupo no *whatsapp* e o grupo começou com sete pessoas, depois já tinham mais ou menos onze pessoas e dessas onze pessoas foram sete na primeira reunião, aí foi aí que a gente fundou a ONG de homens trans, na época, era o Coletivo dos Homens Trans, com sete homens trans. A gente foi ganhando nosso espaço dentro da militância aqui no Pará a partir desse ano (2015), até então a gente não era tão visibilizado dentro do movimento. As próprias pessoas dentro do movimento LGBT, elas tinham conhecimento sobre as mulheres trans, a gente notava bastante isso e depois que a gente começou como coletivo que as pessoas começaram a olhar pra esse outro lado.

Seguindo uma tradição metodológica, existem historiadores que se prendem na utilização apenas de fontes feitas de papel, ignorando as possibilidades de pesquisa através de entrevistas e de fontes digitais. Como também há possibilidade de encararem a Internet e o computador apenas como ferramentas quantitativas para a História. O impacto do computador e da Internet precisa ser aceito nas interpretações dos historiadores pois estes elementos estarem em grande peso nas vidas da maioria da população mundial, com destaque ao Brasil por estar há anos no pódio de países que mais utilizam redes sociais.

Para a realização do trabalho historiográfico é necessário o uso de fontes, em quantidade e qualidade, caso não o trabalho pode se tornar inviável. Na era digital, pode ocorrer o contrário, o excesso de fontes, que cria o risco do historiador de se perder em fontes que não consegue reunir, analisar e produzir análises. O tamanho da facilidade de coletar fontes digitais é igual ao cuidado ao estudá-las<sup>17</sup>.

Consideradas fontes inovadoras para a História, as redes sociais possuem potencial para a pesquisa histórica por estarem presentes nas organizações de manifestações que podem atrair

---

<sup>17</sup> CARVALHO, Bruno Leal Pastor. “Faça aqui o seu login: os historiadores, os computadores as redes sociais online.” *Revista História Hoje*, v. 3, nº 5, p. 165-188, 2014.



milhões de pessoas, como as manifestações brasileiras em julho de 2013, órgãos educacionais e públicos possuem perfis digitais, crescimento do ativismo de minorias sociais, etc.<sup>18</sup>

Além das fontes digitais, no estudo das comunidades T, é fundamental para o historiador a preocupação em acrescentar o protagonismo das comunidades estudadas. A utilização de entrevistas com quem participa da comunidade tem utilidade para criar maior diálogo entre pesquisadores e grupo minoritários, fugindo de análises com muito dedução de estruturas sociais e pouca participação da população na produção de conhecimento sobre a mesma, onde pode ocorrer estranhamentos, desrespeito, manutenção de ideias negativas e outros fatores que aumentam a distância entre a academia e grupos minoritários. A respeito das produções acadêmicas a respeito de pessoas trans e travestis, Fernando diz:

Eu acho válido porque a gente começa a criar uma estatística de dados pra gente ter um respaldo maior na nossa fala e a gente sabe que em muitos espaços são artigos acadêmicos, são textos acadêmicos, são teses que são levados em consideração, as vezes, não é só a vivência, então a gente precisa ter esse respaldo do material acadêmico, até pra gente ganhar espaço, pra isso ser melhor discutido, entendeu? Por exemplo, na área da saúde, são poucas as coisas que a gente sabe sobre a saúde homem trans e isso ainda precisa ser explorado muito, eu sinto essa falta. Hoje em dia a gente tá tendo uma visibilidade boa referente a pessoas trans, mas ainda é preciso produzir mais conteúdo. É por isso que eu acho importante fazer essa parceria do movimento social com a universidade porque é a universidade que produz dados, a universidade que vira referência.

A terminologia nos temas trans tem um caráter político devido a muitos termos do dia a dia ou que foram criados pela academia possuem forte peso discriminatório aos ouvidos de quem é trans ou travesti. Uma discriminação que se apresenta como o som de um apito canino que passa despercebido por quem o assopra e também pela maioria de quem escuta, mas quem tem o ouvido sensível a esse som sabe a importância de destruir o apito.

Criado por pesquisadores, o termo “transsexualismo” significa, ao olhar médico da época e que, infelizmente, ainda está presente na *Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde* (CID) com a seguinte descrição: “Trata-se de um desejo de viver e ser aceito enquanto pessoa do sexo oposto. Este desejo se acompanha em geral de um sentimento de mal estar ou de inadaptação por referência a seu próprio sexo anatômico e do desejo de submeter-se a uma intervenção cirúrgica ou a um tratamento hormonal a fim de tornar seu corpo tão conforme quanto possível ao sexo desejado.”<sup>19</sup>

<sup>18</sup> CARVALHO, 2014.

<sup>19</sup> <http://cid10.bancodesaude.com.br/cid-10-f/f640/transsexualismo> Acesso em: 01/04/2018.



Tal termo é negado pelas comunidades estudadas por diversos motivos: reduz as comunidades a hormônios e cirurgias, é utilizado para justificar demissões transfóbicas<sup>20</sup>, além de ignorar a identidade de gênero, a transforma em doença. Historiadores, no início das pesquisas sobre o tema de 1990 aos primeiros anos de 2000 cometerem o erro de utilizar tal terminologia, o que não ocorre nos estudos historiográficos dos anos de 2010.

O termo “Travesti”, primeiramente era usado no Brasil para designar artistas que em suas performances utilizavam vestimentas fantasiosas ou associadas ao gênero oposto, o termo aparece em jornais do início do século XX quando anunciavam a chegada de um famoso ator que atua em travesti<sup>21</sup>, por exemplo. Posteriormente, o termo foi utilizado para se referir a qualquer pessoa lida socialmente como homem, mas que “usa trajes de mulher”. Foi quando os jornais deixaram de usar o termo para se referir a atores e começaram a usar em notícias criminais, por volta de 1970<sup>22</sup>.

As décadas passaram e o termo travesti que ganhou uma carga negativa foi adotado pelas travestis, estudos indicam diferentes causas para a ressignificação<sup>23</sup>: Diminuir o estigma presente no termo e por consequência na comunidade, imposição social ou por falta de termo que melhor representasse o gênero travesti. Ainda é utilizado como xingamento por pessoas transfóbicas, mas é importante salientar que as travestis se reconhecem com o termo, seja para fins políticos, seja para o dia a dia.

Não confundir o ser travesti com o ser transexual ou ser transgênero, cada terminologia carrega um peso social e histórico diferente, que não cabe ao pesquisador ou pesquisadora impor qual categoria o seu entrevistado pertence, cabe a pessoa informar qual termo melhor o contempla. A própria separação terminológica esboça a pluralidade que é o estudo de identidades, como é necessário não diminuir o debate, pois as problematizações dos temas trans encontram-se, principalmente, nas quebras.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na segunda metade do século XX, as comunidades T, seguindo o exemplo dos movimentos feministas e gays no mundo ocidental, conquistaram maior protagonismo nas pesquisas em que eram estudadas. Protagonismo este conquistado através de militância,

<sup>20</sup><http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2018/02/justica-comeca-rever-casos-de-militares-afastadas-por-serem-trans.html> Acesso em: 01/04/2018.

<sup>21</sup><http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19160731-13733-nac-0006-999-6-not/busca/travesti>. Acesso em: 01/04/2018.

<sup>22</sup><http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19781210-31822-nac-0066-999-66-not/busca/Travesti>. Acesso em: 01/04/2018.

<sup>23</sup> KULICK, Don. Travesti: Prostituição, Sexo, Gênero e Cultura no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

geradora de debates, que chegam até a mídia e ao ouvido de pesquisadores dispostos a quebrar moldes de pesquisa anteriores, assim como também motiva as próprias pessoas pertencentes as comunidades T a escrever sobre si sem depender de pesquisadores fora do grupo, discursando sobre os obstáculos e contribuições vividos por suas comunidades dia após dia ao longo dos tempos.

O debate proposto sobre a inserção dos estudos das comunidades trans e travestis na historiografia contribui para debates de gênero e sexualidade, pois as vivências individuais dos grupos estudados é uma perspectiva micro utilizada para analisar o macro, a nossa sociedade: como o gênero é trabalhos em diversos setores, como atuam as opressões “gritantes” e as “silenciosas”, como instituições (família, escola, governo, etc) lidam de forma variada com pessoas transgressoras do binarismo de gênero.

Maria Guzzo e Ana Maria Veiga (2016)<sup>24</sup> alertam para a importância de “trans-historiar” os estudos do passado, transformar e enfatizar movimentos sociais como objeto de pesquisa, debater o protagonismo trans e como os movimentos sociais influenciam os textos acadêmicos. A luta feminista, em seus primeiros trabalhos e manifestações, priorizava a mulher pertencente a camada social mais alta (branca, rica, cisgênera, etc) e conforme outras minorias ganhavam voz, o feminismo transformava-se conforme novas protagonistas conquistavam direitos: mulheres negras, mulheres pobres, mulheres indígenas, mulheres (trans), etc.

Se opressões sociais interagem entre si e criam conseqüentemente novos padrões de discriminação, logo, a resposta dos movimentos sociais é de criar maneiras de combatê-los. Este combate é fruto de relações humanas e se a historiografia tem como função registrar e analisar a história da humanidade, os historiadores também devem debruçar seus braços sobre os temas trans.

Através do paralelo da trajetória dos estudos trans com os estudos de populações negras na história brasileira, o presente artigo pretendeu aproximar o debate para entendimento do leitor para melhor entendimento de fatores como a variedade de temas, a participação da academia em lutas sociais, as mudanças de metodologia a respeito da abordagem do objeto de estudo, sem criar verdades fixas, mas demonstrar como é importante o constante debate, construção de desconstrução, de narrativas sobre comunidades marginalizadas.

---

<sup>24</sup> VEIGA, Ana Maria; GUZZO, Morgani. “*Trans-historizar*” o espaço público dentro e fora da academia: *Desafios para a historiografia e para o feminismo?*. Esboços - Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC, Florianópolis, v. 23, n. 35, p. 182-209, set. 2016. ISSN 2175-7976. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2016v23n35p182>>. Acesso em: 08 abr. 2018. doi:<https://doi.org/10.5007/2175-7976.2016v23n35p182>.



Para o historiador ou historiadora que possui o interesse de pesquisar sobre temas trans é essencial a utilização do diálogo com as comunidades através de métodos da história oral, preocupação com uma metodologia respeitosa, quebrar o receio historiográfico de utilizar fontes digitais e ter duplicado cuidado com a origem, veracidade e estudo destas fontes.

**Recebido em: 22/04/2018**

**Aceito em: 24/05/2018**

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BUTLER, Judith. *Gender trouble: Feminism and the subversion of identity*. Routledge, 2011.  
CARVALHO, Bruno Leal Pastor. “Faça aqui o seu login: os historiadores, os computadores as redes sociais online.” *Revista História Hoje*, v. 3, nº 5, p. 165-188, 2014.

CASTEL, Pierre-Henri. *Algumas reflexões para estabelecer a cronologia do "fenômeno transexual" (1910-1995)*. *Rev. bras. Hist.*, São Paulo, v. 21, n. 41, p. 77-111, 2001. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882001000200005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882001000200005&lng=en&nrm=iso).

NASCIMENTO, Júlio Ferro Silva da Cunha. O homem trans como sujeito historiográfico: Vivência, trajetória e luta. In: *AS CRISES DA REPÚBLICA E O ENSINO DA HISTÓRIA*. ANPUH-PA – 1. Ed. Belém (PA). Paka-Tatu, 2017.

FREYRE, Gilberto; MONTENEGRO, Antônio. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. J. Olympio, 1961.

GROSSI, Mirian P. *Identidade, Gênero e Sexualidade*. In: *Antropologia em Primeira Mão*. Florianópolis: PROAS/UFSC, 1995.

GUASCH, Oscar. *A invenção do estigma travesti no Brasil (1970-1980)*. História, Histórias. Brasília: Unb, 2015.

JESUS, Jaqueline Gomes de. *Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos* [Online]. Goiânia: Ser-Tão/UFG, 2012a. Disponível em: [https://www.sertao.ufg.br/up/16/o/ORIENTAÇÕES\\_POPULAÇÃO\\_TRANS.pdf?1334065989](https://www.sertao.ufg.br/up/16/o/ORIENTAÇÕES_POPULAÇÃO_TRANS.pdf?1334065989).

JESUS, Jaqueline Gomes de. *Transfeminismo: teoria e práticas*. Interloquções Teóricas do Pensamento Transfeminista. In: JESUS, Jaqueline Gomes de (et al). 1 ed. Rio de Janeiro, Metanoia, 2014 p. 3-19.

JESUS, Jaqueline Gomes de. *Transfobia e crimes de ódio: Assassinatos de pessoas transgênero como genocídio*. In: MARANHÃO Fº, Eduardo Meinberg de Albuquerque (Org.). *(In)Visibilidade Trans 2. História Ágora*, v.16, nº2, pp.101-123, 2013. Disponível em: <http://jaquejesus.blogspot.com/2015/08/transfobia-e-crimes-de-odio.html>.

KULICK, Don. *Travesti: Prostituição, Sexo, Gênero e Cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

LEITE JR, Jorge. *Nossos corpos também mudam: a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico*. São Paulo: Annablume, 2011.



LOPES, Fábio Henrique. *Escritas de si e artes de viver transgênero: as insubordinações de uma escrita trans?. Poéticas da Masculinidade em Ruínas*. Anselmo Peres Alós (org.). – Santa Maria : UFSC, PPGL., p. 127, 2017.

NERY, João W. ; MARANHÃO Fº; Eduardo Meinberg de Albuquerque . *Transhomens no ciberespaço: micropolíticas das resistências*. História Ágora, v. 2, p. 60-80, 2013.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC / José Carlos Reis* — 9. ed. ampl. — Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. *O jogo duro do Dois de Julho: o “Partido negro na Independência da Bahia”. Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio. Propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas: Unicamp/Cecult, 2000.

VEIGA, Ana Maria; GUZZO, Morgani. “*Trans-historizar” o espaço público dentro e fora da academia: Desafios para a historiografia e para o feminismo?*. Esboços - Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC, Florianópolis, v. 23, n. 35, p. 182-209, set. 2016. ISSN 2175-7976. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2016v23n35p182>.

VERAS, Elias Ferreira. “*O fenômeno Roberta Close” e as “sexualidades periféricas”*. Esboços - Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC, Florianópolis, v. 23, n. 35, p. 168-181, set. 2016. ISSN 2175-7976. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2016v23n35p168>.

QUEIROZ, Igor Henrique Lopes de. *As sexualidades desviantes nas páginas do jornal Diário Catarinense (1986-2006)*. 2014. Diss. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2014.

